

## **A CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA GOIANA NA DIMENSÃO DAS CIDADES MÉDIAS**

Janes Socorro da Luz  
[jnsluz@hotmail.com](mailto:jnsluz@hotmail.com)

### **RESUMO:**

A rede urbana goiana é composta por 246, sede de seus municípios. Nesse contexto, destaca-se a presença de uma metrópole regional situada no patamar das cidades milionárias, enquanto mais de 200 municípios possuem menos de 20 mil habitantes e, entre os dois grupos, encontramos as cidades de porte médio e médias. Vale ressaltar que uma cidade de porte médio não se configura, necessariamente, como cidade média. Portanto, no conjunto das cidades intermediárias identificamos os exemplos de cidade média em Goiás. Assim, o presente trabalho analisa a configuração da rede urbana goiana e destaca a dimensão compreendida pelas cidades médias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rede Urbana. Cidade Média. Cidade

### **Considerações Iniciais sobre o Processo de Urbanização no Brasil**

Nas últimas décadas do século XX, a urbanização brasileira se consolidou, transformando a organização espacial e a configuração territorial do país. Santos (1996, p. 125) ressalva que estaríamos “deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território”, de acordo com as novas tendências apresentadas por esse processo. Nesse caso, ganham relevância os imperativos técnico-científicos e informacionais impostos pela dinâmica da economia capitalista que exige a contínua busca por novas áreas para se (re)produzir, estabelecendo, cada vez mais, seus nexos sobre o território. E, ainda, acrescenta:

Esse meio técnico e científico resulta, como vimos, da adição ao território da ciência, da tecnologia e da informação, com isso, cria espaços inteligentes numa parte do Brasil, deixando que em outros permaneçam os espaços opacos. Uns e outros são subespaços com comportamentos diferentes, lógicas e racionalidades diferentes. Tais dinâmicas diferentes não são apenas dinâmicas

territoriais, mas também dinâmicas políticas, demográficas, culturais e econômicas (SANTOS, 1996, p. 126).

No que tange às relações espaciais e temporais no recorte proposto neste trabalho, a partir da década de 1970 à década de 2000. E, em sua leitura retrospectiva das transformações que ocorreram no país nas últimas décadas do século XX, o autor ressalva, ainda, que na década de 1970 a população urbana superou a população rural, estabelecendo a dimensão urbana como base na organização social, econômica e política do país, (Tabela 1):

Tabela 1 – **Brasil**: Crescimento da População Total e Urbana de 1960 a 2000

Censo	População total	População urbana	%
1960	70.624.622	31.303.034	44,32%
1970	93.134.846	52.097.260	55,94%
1980	119.011.052	80.437.327	67,59%
1991	146.825.475	110.990.990	75,59%
1996	157.070.163	123.076.831	78,36%
2000	169.799.170	137.953.959	81,25%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1940-2000), Contagem da População (1996)  
Organização: Luz (2008)

Trata-se de um o processo que repercute, principalmente, na projeção aferida à dimensão metropolitana, pois, os aglomerados metropolitanos constituem “nós de diferentes tipos de redes, apresentando grande complexidade de funções e principalmente grande concentração de população” (IPEA/IBGE/Universidade de Campinas, 1999, p.6).

### **A Configuração do Território com a Produção das Redes**

No caminho do expansionismo dos interesses econômicos, políticos e sociais, se estabeleceu uma divisão territorial do trabalho que articula as diferentes parcelas ou frações do território, contribuindo para configurar a rede urbana que se estrutura no território goiano. A rede urbana é um exemplo de rede geográfica e pode ser compreendida como um conjunto de pontos (cidades) articulados por meio de fluxos que perpassam o território, (CORRÊA, 2007). Cada ponto constitui

os lugares que aos poucos se especializam e, neles, as relações que os transformam, pois, de acordo com Santos e Silveira (2001, p.135):

Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirmam-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção.

Para Elias (2006) as relações entre o campo e a cidade se intensificaram e integraram, pois, na cidade encontram-se, além da mão-de-obra, uma rede especializada de serviços e locais para processar a produção. “Quanto mais moderna se tornam a agropecuária e a agroindústria, mais urbana se torna sua regulação”,(ELIAS, 2006, p. 290). Conseqüentemente, mais complexas e diversificadas são as novas relações criadas, além da ampliação dos fluxos entre esses novos centros regionais de gestão e os centros nacionais, ou mesmo, entre os centros regionais e os globais. Assim, os equipamentos e sistemas de engenharia transformam rapidamente as características de uma localidade, implantando novos arranjos e as condições necessárias para que se constitua o meio geográfico técnico-científico e informacional. De acordo com Santos (2000, p. 88):

A agricultura moderna se realiza por meio dos seus belts, spots, áreas, mas a sua relação com o mundo e com as áreas dinâmicas do país se dá por meio de pontos. É o que explica, por exemplo, o importante relacionamento entre cidades regionais e São Paulo.

Por sua vez, Leme (2003, p. 624) complementa:

A base logística, a incorporação da fronteira e a penetração de capitais privados – ao tempo em que reforçava a complementaridade do Centro-Oeste à economia paulista – conferiu a alguns núcleos urbanos, estrategicamente beneficiados pela infraestrutura implantada, papel destacado no fomento da acumulação e da diversificação produtiva. Outros centros urbanos existentes foram menos favorecidos e tiveram alterados os seus pesos relativos na hierarquia regional, restringindo seu papel polarizador à medida que novos veios de articulação com as áreas dinâmicas do Sudeste se abriam.

Por sinal, na análise do processo de urbanização na Região Centro Oeste, Soares e Bessa (1999), apontam como determinantes recentes dessa dinâmica a construção da nova capital federal, Brasília, que demandou a expansão das redes de transporte e energia, fator que influenciou na

modernização das atividades agrícolas. Ainda, segundo essas autoras, a rede urbana regional “foi determinada pelo dinamismo das atividades econômicas e pela localização dos centros de poder, tanto federal quanto estaduais, bem como pela divisão política dos estados do Mato Grosso e Goiás” (SOARES e BESSA, 1999, p. 16). Enquanto, o estudo do IPEA/IBGE/Universidade de Campinas (1999, p. 11), ao traçar o perfil da rede urbana regional destacou:

Embora provocadoras de alterações na estrutura urbana, como não poderia deixar de ser, as mudanças vividas pela economia do Centro-Oeste nos últimos anos, ainda que profundas, não foram suficientes para alterar, na essência, a base urbana anterior [...] Tanto as transformações na infraestrutura [sic] como o surgimento dos dois principais aglomerações urbanas, Goiânia e Brasília, com seus impactos consideráveis na economia e na espacialidade regionais, foram determinantes na configuração do sistema urbano do Centro-Oeste, tal como ele se apresenta atualmente. Na verdade, houve reforço da espacialização pré-existente, acentuando-se, ainda mais, o papel e a abrangência dos centros polarizadores.

Inclusive, de maneira mais ampla, nas últimas décadas, a Região Centro Oeste, onde se inserem as duas capitais, apresentou um significativo crescimento demográfico, como é possível visualizar no gráfico no qual está expressa a evolução demográfica da população regional que, além, de consolidar o processo de expansão, também, repercute na configuração do território goiano.

No caso específico do Estado de Goiás, além da questão dos impactos da consolidação de Goiânia e construção de Brasília, percebe-se que aliada à expansão demográfica ocorreu a evolução dos setores econômicos, com a inerente e gradativa redução dos percentuais de População Economicamente Ativa (PEA) do setor primário e sua, respectiva, ampliação nos setores secundários e terciários, típicos das áreas urbanas. Pois, a cidade “torna-se o *locus* [sic] da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 1998, p.52). Com isso, os centros urbanos mais dinâmicos passaram a concentrar as unidades de produção e gestão, o que justifica, em parte a inserção de Goiânia e Brasília no debate sobre cidades médias, conforme destacaram os autores supracitados, apesar das especificidades que comportam.

## **A Rede Urbana no Contexto Goiano e a Dimensão das Cidades Médias**

A partir do recorte que considera o contexto goiano, as análises anteriores apontam para a configuração de uma área urbanizada que se destaca pela presença das duas capitais, Goiânia e Brasília (relação próxima com as cidades do Entorno), ambas com relações que abarcam a dimensão nacional, além da projeção das cidades de Rio Verde no sul e Anápolis na parte central. Tanto Goiânia como Brasília, criadas nas décadas de 1930 e de 1960, respectivamente, simbolizam o projeto estatal que buscava imprimir a concepção de modernidade e ruptura com a situação de atraso que caracterizava o quadro regional.

Nesse sentido, as duas cidades surgem modernas, porém, aos poucos imergem na dinâmica local e, com isso, se transformam, Brasília, por exemplo, passa a contar com um apêndice denominado de Entorno do Distrito Federal (a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno foi criada pela Lei Complementar no. 94 de 19 de fevereiro de 1998), com o qual se articula ao território goiano e estabelece relações constantes. Nesse caso, integra-se de forma dinâmica ao território goiano, pois, dos 21 municípios, mais o Distrito Federal, que formam a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal ou de Brasília (RIDE), 19 são goianos.

As cidades de Rio Verde e Anápolis guardam similitudes, porém, participam de forma diferenciada da divisão territorial do trabalho no Estado de Goiás. Enquanto, Rio Verde se caracteriza como um centro de gestão da agropecuária moderna e dos agronegócios, polarizando a parte sul do estado; a cidade de Anápolis, posicionada entre Goiânia e Brasília, respectivamente 50 e 150 quilômetros, destaca-se no cenário regional em função da atividade industrial de transformação, ao mesmo tempo em que, também, desenvolve a função comercial e, cada vez mais, se consolida como centro logístico que usufrui de uma localização estratégica. Mas, além dessas cidades existe um número expressivo de localidades, 243 no total, que compõe a rede urbana goiana, (ver Tabela 2):

Tabela 2 – **Estado de Goiás:** e população total e número de cidades conforme a classe de tamanho de população, 2010

Classe de Tamanho da População	População total (urbana)		Número de cidades		
	2000	2010	2000	2010	%
Até 20.000	1074733	1127940	207	206	83.7%
De 20.001 a 50.000	639083	714292	20	22	8.9%
De 50.001 a 100.000	639485	778885	9	10	4.1%
De 100.001 a 500.000	956538	1500521	5	7	2.8%
Acima de 500.000	1085806	1297076	1	1	0.4%
<b>Total</b>	<b>4395645</b>	<b>5418714</b>	<b>242</b>	<b>246</b>	<b>100.0%</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Organização: Luz (2012)

No Estado de Goiás, entre o período 2000 e 2010, surgiram quatro novos municípios. Com isso, o número de cidades na faixa de até 50.000 habitantes passou a agregar 93,9% do total das cidades goianas, porém, este quantitativo significativo de cidades agregam apenas 34% do total da população urbana. Enquanto, no grupo intermediário, composto por cidades com população entre 50.001 e 500.000 habitantes, cerca de 7% do total, concentra 42,1% da população goiana, por sua vez, a metrópole agrega sozinha 23,9% da população, (IBGE, 2010).

Na sequência estão relacionadas as cidades que compõem as classes intermediárias com o respectivo total de população e a referência se o município agrega ou não as áreas da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) ou a Região Metropolitana de Goiânia (RMG).

Tabela 3 – **Estado de Goiás:** cidades com população entre 50.000 e 500.000 habitantes, 2000-2010

Cidades	RIDE/RGM	2000	2010	2000-2010 (%)
Águas Lindas de Goiás	RIDE	105.583	159.138	33,7%
Anápolis	-	280.164	328.755	14,8%
Aparecida de Goiânia	RGM	335.547	455.193	26,3%
Luziânia	RIDE	130.165	162.807	20,0%
Rio Verde	-	106.079	163.540	35,1%
Trindade	RGM	78.199	100.106	21,9%
Valparaíso de Goiás	RIDE	94.856	132.982	28,7%

Anais do II Simpósio Nacional Espaço, Economia e Políticas Públicas  
 “Cidade e Questão Ambiental: velhos desafios, novos paradigmas”  
 17 a 19 de Outubro de 2012 – Anápolis – Goiás – Brasil

Caldas Novas	-	47.308	67.714	30,1%
Catalão	-	57.606	81.064	28,9%
Formosa	RIDE	69.285	92.023	24,7%
Goianésia	-	44.912	55.660	19,3%
Itumbiara	-	77.123	88.942	13,3%
Jataí	-	68.821	81.010	15,0%
Novo Gama	RIDE	73.026	93.971	22,3%
Planaltina	RIDE	70.127	77.582	9,6%
Santo Antônio do Descoberto	RIDE	48.398	56.808	14,8%
Senador Canedo	RGM	50.442	84.111	40,0%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.  
 Organização: Luz (2012).

É, portanto, no conjunto formado pelas cidades apresentadas na Tabela 3 que identificamos as denominadas “cidades médias”, (grifo nosso). É claro que o tamanho demográfico não é único ou, mesmo, o melhor critério para se distinguir uma cidade média, contudo, essa abordagem permite uma primeira aproximação, Beltrão Sposito (2001) e Amorim Filho (1984), além disso, considerando as observações de Beltrão Sposito (2001, p. 627) o quantitativo de cidades dentro do conjunto inicial se reduz de forma considerável, pois:

Em primeiro lugar, há um consenso sobre o fato de que cidades de porte médio que compõem áreas megametropolitanas, metropolitanas ou aglomeradas não são, de fato, cidades médias, pois que, se do ponto de vista demográfico, assim poderiam ser qualificadas, do ponto de vista econômico, compõem uma área urbana estruturada funcionalmente, com grau significativo de integração ou coesão interna e, por isso, não podem ser estudadas, com base nas divisões político-administrativas que orientam a coleta dos dados populacionais.

Dessa forma, do grupo composto por 17 cidades (Quadro 6), ficariam apenas sete cidades, duas com mais de 100 mil habitantes, Rio Verde e Anápolis, além de mais cinco com população entre 100 mil e 50 mil habitantes (Catalão, Caldas Novas, Jataí, Itumbiara e Goianésia). No caso, ainda seguindo a análise de Beltrão Sposito (2001), uma maior distância da cidade, dita média, em relação aos centros posicionados em patamares superiores da hierarquia urbana, favoreceria o desenvolvimento de serviços e, acrescentamos o exercício do comando regional. Nesse sentido, excluiríamos a cidade de Anápolis do conjunto das possíveis cidades médias goianas, em função da proximidade que esta cidade possui em relação às áreas metropolitanas de Goiânia e de Brasília, respectivamente, 50 e 150 quilômetros.

Porém, no caso específico da cidade de Anápolis, a relevância que a cidade possui e a sua dinâmica econômica a diferencia no conjunto das cidades, por isso, a transforma em caso ímpar de análise, justamente, por sua posição geográfica estratégica em relação ao eixo Goiânia-Brasília, que consideramos para efeito de análise, possível de ser concretizado com a inserção de Anápolis, (LUZ, 2001). Conforme ressalta o estudo sobre a Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil: determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas pública (IPEA/IBGE/Unicamp, 1999, p.24):

Embora pressionado entre duas grandes aglomerações, o que compromete seu potencial de expansão futura, dada a função de grande mercado exercida pelo Distrito Federal, Anápolis, pela sua posição geográfica e pelo seu papel histórico, ainda absorve relevantes estímulos econômicos na divisão territorial do trabalho no eixo Goiânia-Brasília.

Nessa direção, percebemos a relevância da discussão proposta neste trabalho ao valorizar a importância de Anápolis, enquanto cidade média que estabelece uma rede de relações que a transforma em referência regional e nacional. Inclusive, de acordo com Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004, p.105) “Anápolis sempre desempenhou uma função comercial e industrial bem mais ativa do que todas as outras cidades goianas”. Importância que pode ser exemplificada, também, pelo interesse dos governos estadual e federal na área, cujas intervenções repercutiram de forma decisiva para o seu desenvolvimento e que continuam a influenciar a trajetória da cidade, representando, na atualidade, um papel decisivo para o futuro da mesma. Portanto, a partir da terceira característica aplicável para caracterizar uma cidade como média, segundo Beltrão Sposito (2001, p.627)

Esse terceiro aspecto parece-nos ser o mais importante, ou seja, não é possível reconhecer o papel intermediário que uma cidade média desempenha, sem avaliar as relações que ela estabelece com cidades de porte maior e menor, e entre si e os espaços rurais com os quais mantém uma vida de relações.

No caso, Rio Verde e Anápolis, apesar de inseridas em uma região onde a produção agropecuária moderna alicerça o desenvolvimento, possuem uma trajetória diferenciada conforme já destacamos. Por exemplo, de acordo com o estudo desenvolvido pelo IBGE (2007), sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC), considerando as variáveis que delimitam a centralidade

exercida por cada cidade pesquisada, Rio Verde e Anápolis são identificadas como centros sub-regionais de nível A, mas, ao considerar as diferentes variáveis propostas para caracterizar os centros, Rio Verde se destaca em relação à Anápolis, apenas na variável atividades financeiras, dada a extensa conexão entre a agropecuária moderna e os centros de gestão localizados em outras regiões, conforme apontam Santos e Silveira (2001, p. 271):

É uma produção de alimentos que se dá em fazendas modernas dispersas, a grandes distâncias hoje facilmente franqueáveis, sob a demanda das firmas globais com sede na Região Concentrada, mesmo que os mecanismos de comando sejam pouco visíveis. Não havendo rugosidades materiais e organizacionais consideráveis, os novos objetos e as novas ações criam um espaço inteiramente novo e com grande participação na globalização.

Rio Verde se caracteriza, portanto, como uma cidade do agronegócio, conforme destaca Elias (2007, p.121), nestas localidades “é nítida a dependência da economia de alguma importante produção agrícola e/ou de sua transformação industrial”. E, acrescenta:

Diferentemente do consumo consumptivo, que cria demandas heterogêneas segundo os extratos de renda, o consumo produtivo agrícola gera demandas heterogêneas segundo as necessidades de cada produto (agrícola ou agroindustrial), assim como durante as diferentes etapas do processo produtivo, diferenciando os equipamentos mercantis.

Nesse sentido, Rio Verde se diferencia da realidade anapolina que possui uma estrutura econômica alicerçada no consumo consumptivo e na especialização produtiva, por exemplo, do segmento farmacêutico, além de um consolidado segmento comercial atacadista que articula os circuitos superior e inferior da economia intraurbana, bem como, uma ampla rede de serviços de saúde e, mais recentemente, vem se consolidando como pólo universitário

Dessa forma, conforme aponta Corrêa (2007, p. 28) “a expressão cidade média deriva de uma construção intelectual e, enquanto tal, inserida em determinado contexto histórico e geográfico”. E, nessa direção, o autor propõe uma tipologia preliminar para identificar as possíveis cidades médias: o primeiro tipo possui uma relação direta com o desenvolvimento da atividade comercial e a existência de uma elite ligada a este segmento; o segundo tipo, envolve as cidades onde o predomínio de uma elite fundiária direciona os investimentos para setores ligados aos

agronegócios, como por exemplo, a agroindústria, além de influir no desenvolvimento do comércio especializado.

O terceiro modelo se articula com os centros urbanos que se especializaram em determinadas atividades, o que propicia o desenvolvimento de relações em múltiplas dimensões ou escalas, nesse conjunto prevalece uma elite empreendedora que busca sempre se adequar às novas realidades, ou seja, possui flexibilidade e está aberta às inovações. E, por fim, Corrêa (2007, p.32) argumenta que “o terceiro tipo de cidade média aqui preliminarmente apresentado é, por excelência, o tipo que melhor descreveria uma típica cidade média”.

### **Considerações Finais**

Portanto, na análise sobre o processo de urbanização do território no caso do Estado de Goiás, identifica-se uma estrutura que ultrapassa os limites políticos do território, uma vez que comporta a presença de duas metrópoles dinâmicas que se relacionam, tanto na escala local com suas regiões metropolitanas, como na regional com os centros locais e, também, nas escalas extra regionais (nacional e internacional). Na outra ponta desta hierarquia, encontramos um grande número de cidades inferiores a 20 mil habitantes, ou seja, cidades pequenas, que apresentam uma dinâmica dependente das atividades primárias e, no caso das inseridas em espaços mais “opacos”, Santos e Silveira (2001), veem suas populações reduzirem a cada dia.

### **Referências**

- AMORIM FILHO, O. B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Geografia e Ensino**. Belo Horizonte, n.5 p. 5-34, jun. 1984.
- BARBOSA, Altair Sales; TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, Horieste. Geografia: Goiás-Tocantins, 2. ed., ver. e ampliada. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.
- CORRÊA. R.L. Construindo o conceito de cidade média In: Beltrão Sposito et al (org). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular: 2007, p. 23-34.
- ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas metodológicas In: SPOSITO, M. E.B. (org) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular: 2007.
- \_\_\_\_\_. Novas dinâmicas territoriais no Brasil Agrícola In: SPOSITO, E.S. et al. (org). **Cidades Médias: Produção do espaço**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 279-304.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos de 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em jun./2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (coord. geral), **Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil: determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas públicas**. Mimeografado, Brasília, 1999.

LEME, H.J.C. A espacialidade do desenvolvimento: cidades da Região Centro Oeste In: In BRANDÃO, C. A. (org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003, p. 621-634.

LUZ, J. S. **A especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis-GO**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, Brasília, 2001

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 3a ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. O Retorno do Território In SANTOS, M. et al (orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. 4ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

SILVA, L. L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Revista Caminhos de Geografia**, vol. 1, n. 2, p.24-36, dez., 2000.

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. F. O. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, Editora da UFG, n. 2, p.11-36, jan/dez. 1999.